

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.118 - PE (2019/0008759-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : MOACIR DA SILVA CABRAL
ADVOGADO : EDILENA ACCIOLY FREJ - PE010352

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que inadmitiu seu Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE (B94). AUXILIAR DE ESTOQUE. PROBLEMAS NOS MEMBROS SUPERIORES E LESÃO NA COLUNA. NEXO CAUSAL E REDUÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL. COMPROVAÇÃO. TERMO INICIAL DA CONCESSÃO, § 2º DO ARTIGO 86, DA LEI Nº 8.213/91. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONFORME ENUNCIADOS DO GRUPO DE CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DESSE TIPO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §4º, II, DO CPC/15. SÚMULA Nº 111 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Denota-se dos fólios, que o autor/agravado exercia atividade de AUXILIAR DE ESTOQUE (fls. 14), vindo a sofrer acidente de trabalho em 1999, ao descarregar um fardo de papel, tendo sido diagnosticada com PROBLEMAS NOS MEMBROS SUPERIORES, conforme informado na CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho (fls. 103), tendo sido REABILITADO (fls. 59) e percebido benefício previdenciário. 2. Posteriormente passou a laborar na função de MOTORISTA (fls. 15), tendo sofrido acidente de trânsito durante expediente de trabalho, o que lhe causou LESÃO NA COLUNA, conforme informado na CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho (fls. 123), o que ensejou a concessão do auxílio-doença acidentário (B91) em 13.10.2007 até 31.12.2007 (fls. 133). 3. Reconhecendo, assim, a própria Autarquia Previdenciária o nexo de causa e efeito entre o trabalho desenvolvido pela suplicante e as lesões por ela experimentadas, quando, administrativamente, concedeu o benefício acima referido (espécie 91). 4. Após a cessação do benefício na espécie 91, ocorrido em 31.12.2007 (fls. 133), foram emitidos Atestados de Saúde Ocupacional, considerando o obreiro INAPTO (fls. 135 - datado de 09.01.2008 e fls. 142 - datado de 09.05.2008). 5. Apesar do laudo elaborado pelo EXPERT JUDICIAL (fls. 217/219 - datado de 07.07.2010), ter concluído pela inexistência incapacidade laborativa de forma geral, evidencia-se pelos documentos de fls. 59 e 91 ter o INSS promovido a READAPTAÇÃO PROFISSIONAL DO OBREIRO, o que demonstra a REDUÇÃO de capacidade laboral do ex-segurado. 6.

Embora o laudo judicial colacionado aos autos, detenha caráter público, gozando, assim, das presunções de veracidade e legitimidade, na hipótese em tela, tenho que o mesmo deve ser desconsiderado, a a existência de provas robustas em sentido contrário. 7. O magistrado não se vincula ao laudo técnico, podendo decidir no sentido contrário, sempre quando houver outros elementos nos autos que o convençam do direito vindicado, nos termos do art. 371 CPC/15. 8. Entendo fazer jus o agravado ao recebimento do auxílio-acidente (B94), A PARTIR DO DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO - 031.12.2007 (fls. 133), nos termos do art. 86, §§1º e 2º, da Lei 8.213/91. 9. Os juros e correção monetária devem ser aplicados de acordo com os Enunciados nºs 10, 14, 19 e 25 do Grupo de Câmaras de Direito Público do TJPE, recentemente aprovados. 10. Todavia, no que tange ao ônus sucumbencial, por se tratar de decisão ilíquida, a definição do percentual que incidirá sobre as prestações vencidas até a sentença (Súmula nº 111 do STJ), somente ocorrerá quando liquidado o julgado, com fulcro no art. 85, § 4º, II, do CPC/15. Agravo interno improvido à unanimidade" (fls. 351/350e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Embargos de Declaração manejados contra suposta omissão acerca da análise do laudo pericial, desconsiderando, assim, os artigos 19, caput, 20, e 86 da Lei nº 8.213/91 e os artigos 139, 156, 466, 479 e 480 do CPC/15. 2. Por fim, suscita que o termo inicial da condenação do INSS seja a data da citação válida, momento em que foi constituído em mora, nos termos dos artigos 240 e 1.036 do CPC/15. 3. O acórdão embargado enfrentou claramente a questão. 4. Não se verifica, in casu, qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados, não justificando a interposição do recurso previsto no art. 1.022 do CPC/ 2015. 5. Inviabilidade de rediscussão do mérito em sede de aclaratórios. 6. Embargos de declaração rejeitados à unanimidade" (fl. 266e).

Sustenta a parte ora agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alínea a do permissivo constitucional, violação aos arts. 19, 20 e 86 da Lei 8.213/91, 145, 422, 436 e 437 do CPC/73.

Apresentadas contrarrazões (fls. 404/407e), o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Foi apresentada contraminuta (fls. 426/429e).

A parte agravante, em suas razões, afirma:

"Trata-se de Ação movida pelo segurado, em que o mesmo pretende lhe seja deferido auxílio-acidente.

O INSS interpôs recurso especial, fundado na violação aos art. 86 c/c 19, caput, e 20, § 1º, e 23 da Lei 8.213/91, art 240 e 1.036 do CPC/2015 e aos arts. 125, 145, 422 e 437 (arts. 156, 466, 479 e 480, do CPC/2015). Este, ao seu turno, foi inadmitido, ao argumento de que o STJ já teria firmado sua compreensão no mesmo sentido do acórdão recorrido (Súmula 83, STJ) e que no caso incidiria a Súmula 7, do STJ.

(...)

Ora, não nos parece juridicamente razoável inadmitir o especial em questão sob o argumento de que a decisão recorrida estaria em harmonia com o posicionamento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Isto porque, segundo nos parece, a teor da novel legislação regente da matéria, somente seria juridicamente possível ao Tribunal a quo inadmitir o especial sob esse argumento caso a questão já tivesse sido definitivamente apreciada pelo colendo STJ em sede de recurso representativo da controvérsia, processado e julgado nos termos do art. 543-C do antigo CPC ou 1.036, do NCPC.

(...)

Com a devida vênia, a decisão ora vergastada não resiste a uma análise criteriosa, tendo em vista que ao mesmo tempo em que informa que a jurisprudência do STJ está em sintonia com as razões expostas pelo acórdão recorrido, apontando, inclusive, decisões da Corte Superior sobre o tema, quer fazer crer que a matéria não é digna de apreciação na instância especial, por ser de ordem fática.

É importante ressaltar mais uma vez que não se trata de pedido de reexame de prova, como insinua a decisão agravada, mas de questão meramente de direito.

Trata-se de violação ao art. 86, da Lei 8.213/91 e aos arts. 125, 145, 422 e 437 (arts.156, 466, 479 e 480, do CPC/2015) e art 240 e 1.036 do CPC/2015, por concessão de benefício sem a constatação da incapacidade exigida por lei, bem como pela opção do julgador de privilegiar indevidamente atestados médicos particulares em detrimento do laudo pericial judicial e do laudo técnico da administração pública federal" (fls. 418/419e).

Do exame dos autos, verifica-se que a decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, teve como fundamentos: a) a convergência do entendimento do acórdão recorrido com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, quanto a livre

convicção do juiz, com base nos elementos e fatos dos autos; b) a pretensão recursal envolve reexame do conjunto fático-probatório.

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente e adequadamente, o fundamento da alínea **a**, de que o acórdão recorrido converge para o entendimento pacificado nesta Corte, limitando-se a ratificar as razões do Recurso Especial.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, **especificamente**, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Ressalto que, **"fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a posituação do direito na jurisprudência do STJ"** (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/06/2013), **com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, o que não ocorreu, no caso.**

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e suficientemente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. **Tendo a decisão de inadmissibilidade decidido que o acórdão recorrido estaria em sintonia com a jurisprudência do STJ (Súmula 83/STJ), compete à agravante demonstrar que o entendimento adotado pelo acórdão encontra-se em descompasso com o atual entendimento do STJ, trazendo para tanto precedentes do STJ favoráveis à sua tese recursal, ou que os precedentes invocados na decisão de inadmissibilidade não se aplicariam ao *casu*, por versarem sobre situações diversas, sendo insuficiente a mera alegação de que os precedentes invocados pela decisão de inadmissibilidade não formariam a jurisprudência**

uníssona do STJ e que o óbice da Súmula 83/STJ não se aplica aos recursos especiais interposto com base na alínea 'a' do permissivo constitucional. Nesse sentido: AgRg no AREsp 293.726/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 13/08/2013, DJe 26/08/2013.

(...)

6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, EDcl no AREsp 527.100/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que seja conhecido o respectivo agravo. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 630.126/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/09/2015).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço do Agravo.**

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

